



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO N.º 438, DE 2009**
(Do Sr. Vital do Rêgo Filho e Outros)

Altera dispositivos do art. 111-A da Constituição Federal.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PEC-408/2009.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Esta proposta de emenda à Constituição altera o artigo 111-A da Constituição Federal, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 111-A - O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de trinta Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo:

I - um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94;

II – três Ministros dentre Auditores-Fiscais do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício e notórios conhecimentos jurídicos, escolhidos pela entidade nacional que represente a categoria.

III - os demais dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura da carreira, indicados pelo próprio Tribunal Superior.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A redação original do art. 111 da Constituição Federal de 1988 previa, na composição do Tribunal Superior do Trabalho – TST, 10 ministros classistas temporários, com representação paritária dos trabalhadores e empregadores.

Todavia, com a EC nº 24, de 09.12.1999, a representação classista foi extinta da Suprema Corte trabalhista. Assim, a presente Emenda busca compor o Tribunal Superior do Trabalho de técnicos que tenham conhecimentos, experiência e vivência das infrações ocorridas nas Relações de Trabalho no ordenamento brasileiro. Isto quer dizer que, estes profissionais, imbuídos no cumprimento de sua missão institucional trarão à Corte a realidade do mundo do trabalho. Diz a Lei nº 10.593, de 06 de dezembro de 2002 que:

Os ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho têm por atribuições assegurar, em todo o território nacional:

I - o cumprimento de disposições legais e regulamentares, inclusive as relacionadas à segurança e à medicina do trabalho, no âmbito das relações de trabalho e de emprego;

II - a verificação dos registros em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, visando a redução dos índices de informalidade;

III - a verificação do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, objetivando maximizar os índices de arrecadação;

IV - o cumprimento de acordos, convenções e contratos coletivos de trabalho celebrados entre empregados e empregadores;

V - o respeito aos acordos, tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil seja signatário;

VI - a lavratura de auto de apreensão e guarda de documentos, materiais, livros e assemelhados, para verificação da existência de fraude e irregularidades, bem como o exame da contabilidade das empresas, não se lhes aplicando o disposto nos arts. 17 e 18 do Código Comercial.

Isto posto, voltará compor o TST de profissionais conhecedores da prática trabalhista (contrato realidade), à semelhança da Composição das cortes de contas, em que Auditores o integram.

Sala de Sessões, em 019 de novembro de 2009.

VITAL DO RÊGO FILHO

Proposição: PEC 0438/09

Autor: VITAL DO RÊGO FILHO E OUTROS

Data de Apresentação: 19/11/2009 3:22:26 PM

Ementa: Altera dispositivos do artigo 111-A da Constituição Federal.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Total de Assinaturas:

Confirmadas: 179

Não Conferem: 009

Fora do Exercício: 003

Repetidas: 021

Ilegíveis: 001

Retiradas: 000

Total: 213

Assinaturas Confirmadas

- 1-LEANDRO SAMPAIO (PPS-RJ)
- 2-RATINHO JUNIOR (PSC-PR)
- 3-ADEMIR CAMILO (PDT-MG)
- 4-CARLOS ZARATTINI (PT-SP)
- 5-ZÉ GERALDO (PT-PA)
- 6-JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG)
- 7-MÁRIO HERINGER (PDT-MG)
- 8-VALTENIR PEREIRA (PSB-MT)
- 9-SILAS BRASILEIRO (PMDB-MG)
- 10-ANÍBAL GOMES (PMDB-CE)
- 11-JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA (PV-MG)
- 12-RIBAMAR ALVES (PSB-MA)
- 13-JEFFERSON CAMPOS (PSB-SP)
- 14-MAJOR FÁBIO (DEM-PB)
- 15-MÁRCIO FRANÇA (PSB-SP)
- 16-JOÃO PAULO CUNHA (PT-SP)

- 17-LUIZ CARLOS BUSATO (PTB-RS)
- 18-CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB-GO)
- 19-HOMERO PEREIRA (PR-MT)
- 20-LEONARDO MONTEIRO (PT-MG)
- 21-ANSELMO DE JESUS (PT-RO)
- 22-FRANCISCO TENORIO (PMN-AL)
- 23-RENATO MOLLING (PP-RS)
- 24-ENIO BACCI (PDT-RS)
- 25-WILSON BRAGA (PMDB-PB)
- 26-MARCIO JUNQUEIRA (DEM-RR)
- 27-RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF)
- 28-DOMINGOS DUTRA (PT-MA)
- 29-MILTON VIEIRA (DEM-SP)
- 30-ALINE CORRÊA (PP-SP)
- 31-VITAL DO RÊGO FILHO (PMDB-PB)
- 32-NATAN DONADON (PMDB-RO)
- 33-ANTÔNIO ANDRADE (PMDB-MG)
- 34-CARLOS ALBERTO CANUTO (PSC-AL)
- 35-NEILTON MULIM (PR-RJ)
- 36-ACÉLIO CASAGRANDE (PMDB-SC)
- 37-LEANDRO VILELA (PMDB-GO)
- 38-MÁRIO DE OLIVEIRA (PSC-MG)
- 39-FERNANDO CORUJA (PPS-SC)
- 40-DAMIÃO FELICIANO (PDT-PB)
- 41-LEONARDO QUINTÃO (PMDB-MG)
- 42-SEBASTIÃO BALA ROCHA (PDT-AP)
- 43-ANTONIO BULHÕES (PRB-SP)
- 44-JULIÃO AMIN (PDT-MA)
- 45-PEDRO EUGÊNIO (PT-PE)
- 46-ILDERLEI CORDEIRO (PPS-AC)
- 47-EDIO LOPES (PMDB-RR)
- 48-TATICO (PTB-GO)
- 49-FRANCISCO PRACIANO (PT-AM)
- 50-PAULO ROCHA (PT-PA)
- 51-EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE)
- 52-RODRIGO DE CASTRO (PSDB-MG)
- 53-GERALDINHO (PSOL-RS)
- 54-DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA)
- 55-MARCELO SERAFIM (PSB-AM)
- 56-RICARDO BERZOINI (PT-SP)
- 57-ELISMAR PRADO (PT-MG)
- 58-PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA (PSDB-GO)
- 59-VICENTINHO ALVES (PR-TO)
- 60-DEVANIR RIBEIRO (PT-SP)
- 61-GERALDO PUDIM (PR-RJ)
- 62-BISPO GÊ TENUITA (DEM-SP)

63-JOÃO DADO (PDT-SP)
64-LINDOMAR GARÇON (PV-RO)
65-FERNANDO DE FABINHO (DEM-BA)
66-JÔ MORAES (PCdoB-MG)
67-CLEBER VERDE (PRB-MA)
68-MARCONDES GADELHA (PSC-PB)
69-ANTÔNIO CARLOS BIFFI (PT-MS)
70-SÉRGIO MORAES (PTB-RS)
71-JURANDIL JUAREZ (PMDB-AP)
72-CHARLES LUCENA (PTB-PE)
73-ZÉ GERARDO (PMDB-CE)
74-ZEQUINHA MARINHO (PSC-PA)
75-PAULO HENRIQUE LUSTOSA (PMDB-CE)
76-VIGNATTI (PT-SC)
77-MÁRCIO MARINHO (PRB-BA)
78-OSVALDO REIS (PMDB-TO)
79-PASTOR PEDRO RIBEIRO (PR-CE)
80-LÚCIO VALE (PR-PA)
81-FERNANDO NASCIMENTO (PT-PE)
82-ÁTILA LIRA (PSB-PI)
83-PEDRO WILSON (PT-GO)
84-ANTONIO CRUZ (PP-MS)
85-PEDRO NOVAIS (PMDB-MA)
86-MANATO (PDT-ES)
87-EUDES XAVIER (PT-CE)
88-FERNANDO MARRONI (PT-RS)
89-JÚLIO DELGADO (PSB-MG)
90-MANOEL SALVIANO (PSDB-CE)
91-OSMAR JÚNIOR (PCdoB-PI)
92-SEVERIANO ALVES (PMDB-BA)
93-RÔMULO GOUVEIA (PSDB-PB)
94-FLÁVIO DINO (PCdoB-MA)
95-BONIFÁCIO DE ANDRADA (PSDB-MG)
96-EDUARDO VALVERDE (PT-RO)
97-JACKSON BARRETO (PMDB-SE)
98-EDMILSON VALENTIM (PCdoB-RJ)
99-MOACIR MICHELETTO (PMDB-PR)
100-PAULO ROBERTO PEREIRA (PTB-RS)
101-WASHINGTON LUIZ (PT-MA)
102-ARIOSTO HOLANDA (PSB-CE)
103-VALADARES FILHO (PSB-SE)
104-MAURO BENEVIDES (PMDB-CE)
105-EDINHO BEZ (PMDB-SC)
106-MIGUEL CORRÊA (PT-MG)
107-MARCOS LIMA (PMDB-MG)
108-CEZAR SILVESTRI (PPS-PR)

109-EDGAR MOURY (PMDB-PE)
110-NILSON MOURÃO (PT-AC)
111-EUGÊNIO RABELO (PP-CE)
112-PINTO ITAMARATY (PSDB-MA)
113-JOÃOQUIM BELTRÃO (PMDB-AL)
114-IRINY LOPES (PT-ES)
115-EDIGAR MÃO BRANCA (PV-BA)
116-OTAVIO LEITE (PSDB-RJ)
117-JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV-SP)
118-ULDURICO PINTO (PHS-BA)
119-DR. NECHAR (PP-SP)
120-FELIPE BORNIER (PHS-RJ)
121-EDUARDO LOPES (PRB-RJ)
122-ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA)
123-ALEX CANZIANI (PTB-PR)
124-EDUARDO SCIARRA (DEM-PR)
125-EDUARDO GOMES (PSDB-TO)
126-BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE)
127-MARIA HELENA (PSB-RR)
128-ZENALDO COUTINHO (PSDB-PA)
129-SIMÃO SESSIM (PP-RJ)
130-WELLINGTON FAGUNDES (PR-MT)
131-CELSO RUSSOMANNO (PP-SP)
132-VICENTE ARRUDA (PR-CE)
133-PAULO PIAU (PMDB-MG)
134-ZÉ VIEIRA (PR-MA)
135-MOISES AVELINO (PMDB-TO)
136-ROBERTO MAGALHÃES (DEM-PE)
137-SANDRO MABEL (PR-GO)
138-ROGERIO LISBOA (DEM-RJ)
139-PEDRO CHAVES (PMDB-GO)
140-BERNARDO ARISTON (PMDB-RJ)
141-ABELARDO LUPION (DEM-PR)
142-LAERTE BESSA (PSC-DF)
143-AUGUSTO FARIAS (PTB-AL)
144-FRANCISCO RODRIGUES (DEM-RR)
145-CARLOS WILLIAN (PTC-MG)
146-ARNON BEZERRA (PTB-CE)
147-BETINHO ROSADO (DEM-RN)
148-OSÓRIO ADRIANO (DEM-DF)
149-MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL)
150-SILVIO TORRES (PSDB-SP)
151-CARLOS SANTANA (PT-RJ)
152-CAPITÃO ASSUMÇÃO (PSB-ES)
153-VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP)
154-LUIZ BASSUMA (PV-BA)

155-GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE)
156-DELEY (PSC-RJ)
157-MARCELO ALMEIDA (PMDB-PR)
158-JERÔNIMO REIS (DEM-SE)
159-CELSON MALDANER (PMDB-SC)
160-RAUL JUNGSMANN (PPS-PE)
161-PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB-RS)
162-ALCENI GUERRA (DEM-PR)
163-SOLANGE ALMEIDA (PMDB-RJ)
164-OLAVO CALHEIROS (PMDB-AL)
165-JOSÉ CHAVES (PTB-PE)
166-EDMAR MOREIRA (PR-MG)
167-VICENTINHO (PT-SP)
168-MAURO LOPES (PMDB-MG)
169-JOSEPH BANDEIRA (PT-BA)
170-JOSÉ AIRTON CIRILO (PT-CE)
171-GERALDO SIMÕES (PT-BA)
172-REBECCA GARCIA (PP-AM)
173-MAGELA (PT-DF)
174-FÉLIX MENDONÇA (DEM-BA)
175-VIEIRA DA CUNHA (PDT-RS)
176-OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR)
177-PAULO TEIXEIRA (PT-SP)
178-MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB-RS)
179-TADEU FILIPPELLI (PMDB-DF)

Assinaturas que Não Conferem

1-CIRO NOGUEIRA (PP-PI)
2-WILSON SANTIAGO (PMDB-PB)
3-MARCOS ANTONIO (PRB-PE)
4-JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)
5-MAURÍCIO TRINDADE (PR-BA)
6-WELLINGTON ROBERTO (PR-PB)
7-JOSÉ OTÁVIO GERMANO (PP-RS)
8-DR. PAULO CÉSAR (PR-RJ)
9-VELOSO (PMDB-BA)

Assinaturas de Deputados(as) fora do Exercício

1-ANTONIO FEIJÃO (PTC-AP)
2-OSVALDO BIOLCHI (PMDB-RS)
3-PROFESSOR VICTORIO GALLI (PMDB-MT)

Assinaturas Repetidas

1-ALCENI GUERRA (DEM-PR)
2-BONIFÁCIO DE ANDRADA (PSDB-MG)
3-ILDERLEI CORDEIRO (PPS-AC)

4-SILVIO TORRES (PSDB-SP)
 5-BONIFÁCIO DE ANDRADA (PSDB-MG)
 6-ZÉ GERARDO (PMDB-CE)
 7-CHARLES LUCENA (PTB-PE)
 8-GERALDO PUDIM (PR-RJ)
 9-ANTÔNIO CARLOS BIFFI (PT-MS)
 10-CLEBER VERDE (PRB-MA)
 11-JACKSON BARRETO (PMDB-SE)
 12-JERÔNIMO REIS (DEM-SE)
 13-EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE)
 14-MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB-RS)
 15-RÔMULO GOUVEIA (PSDB-PB)
 16-JERÔNIMO REIS (DEM-SE)
 17-DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA)
 18-JURANDIL JUAREZ (PMDB-AP)
 19-DELEY (PSC-RJ)
 20-ZÉ GERARDO (PMDB-CE)
 21-JERÔNIMO REIS (DEM-SE)

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI
--

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

.....

**TÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES**

.....

**CAPÍTULO III
DO PODER JUDICIÁRIO**

.....

**Seção V
Dos Tribunais e Juizes do Trabalho**

.....

Art. 94. Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de

reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

Parágrafo único. Recebidas as indicações, o tribunal formará lista tríplice, enviando-a ao Poder Executivo, que, nos vinte dias subseqüentes, escolherá um de seus integrantes para nomeação.

Art. 95. Os juízes gozam das seguintes garantias:

I - vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado;

II - inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, na forma do art. 93, VIII;

III - irredutibilidade de subsídio, ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. [\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

Parágrafo único. Aos juízes é vedado:

I - exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério;

II - receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo;

III - dedicar-se a atividade político-partidária.

IV - receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei; [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

V - exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração. [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

Seção V Dos Tribunais e Juízes do Trabalho

Art. 111. São órgãos da Justiça do Trabalho:

I - o Tribunal Superior do Trabalho;

II - os Tribunais Regionais do Trabalho;

III - Juizes do Trabalho. [\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 24, de 1999\)](#)

§ 1º [\(Revogado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

§ 2º [\(Revogado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

§ 3º [\(Revogado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

Art. 111-A. O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo:

I - um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94;

II - os demais dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura da carreira, indicados pelo próprio Tribunal Superior.

§ 1º A lei disporá sobre a competência do Tribunal Superior do Trabalho.

§ 2º Funcionário junto ao Tribunal Superior do Trabalho:

I - a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira;

II - o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante. [\(Artigo acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

Art. 112. A lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho. [\(Artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004\)](#)

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 24, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1999

Altera dispositivos da Constituição Federal pertinentes à representação classista na Justiça do Trabalho.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os arts. 111, 112, 113, 115 e 116 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 111.

.....

III - Juízes do Trabalho. (NR)

§ 1º O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de dezessete Ministros, togados e vitalícios, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, dos quais onze escolhidos dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, integrantes da carreira da

magistratura trabalhista, três dentre advogados e três dentre membros do Ministério Público do Trabalho.

I- (Revogado).

II- (Revogado).

§ 2º O Tribunal encaminhará ao Presidente da República listas tríplices, observando-se, quanto às vagas destinadas aos advogados e aos membros do Ministério Público, o disposto no art. 94; as listas tríplices para o provimento de cargos destinados aos juízes da magistratura trabalhista de carreira deverão ser elaboradas pelos Ministros togados e vitalícios. (NR)

.....

"Art. 112. Haverá pelo menos um Tribunal Regional do Trabalho em cada Estado e no Distrito Federal, e a lei instituirá as Varas do Trabalho, podendo, nas comarcas onde não forem instituídas, a atribuir sua jurisdição aos juízes de direito." (NR)

"Art. 113. A lei disporá sobre a constituição, investidura, jurisdição, competência, garantia e condições de exercício dos órgãos da Justiça do Trabalho." (NR)

"Art. 115. Os Tribunais Regionais do Trabalho serão compostos de juízes nomeados pelo Presidente da República, observada a proporcionalidade estabelecida no § 2º do art. 111. (NR)

Parágrafo

único.....

.....

III - (Revogado)."

"Art. 116. Nas Varas do Trabalho a jurisdição será exercida por juiz singular. (NR)

Parágrafo único. (Revogado)"

Art. 2º É assegurado o cumprimento dos mandatos dos atuais ministros classistas temporários do Tribunal Superior do Trabalho e dos atuais juízes classistas temporários dos Tribunais Regionais do Trabalho e das Juntas de Conciliação e Julgamento.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se art. 117 da Constituição Federal.

Brasília, em 9 de dezembro de 1999

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado MICHEL TEMER

Presidente

Deputado HERÁCLITO FORTES

1º Vice-Presidente

Deputado SEVERINO CAVALCANTI

2º Vice-Presidente

Deputado UBIRATAN AGUIAR

1º Secretário

Deputado NELSON TRAD

2º Secretário

Deputado JAQUES WAGNER

3º Secretário

Deputado EFRAIM MORAIS

4º Secretário

MESA DO SENADO FEDERAL

Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

Presidente

Senador GERALDO MELO

1º Vice-Presidente

Senador ADEMIR ANDRADE

2º Vice-presidente

Senador RONALDO CUNHA LIMA

1º Secretário

Senador CARLOS PATROCÍNIO

2º Secretário

Senador NABOR JÚNIOR

3º Secretário

Senador CASILDO MALDANER

4º Secretário

LEI Nº 10.593, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2002

Dispõe sobre a reestruturação da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional, que passa a denominar-se Carreira Auditoria da Receita Federal - ARF, e sobre a organização da Carreira Auditoria-Fiscal da Previdência Social e da Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho, e dá outras providências.

Faço saber que o Congresso Nacional decretou, o **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, nos termos dos § 3º do art. 66 da Constituição sancionou, e eu,

Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do § 7º do mesmo artigo, promulgo a seguinte:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a reestruturação da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional, de que trata o Decreto-Lei nº 2.225, de 10 de janeiro de 1985, que passa a denominar-se Carreira Auditoria da Receita Federal - ARF, e sobre a organização da Carreira Auditoria-Fiscal da Previdência Social e da Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho.

Art. 2º [\(Revogado pela Lei nº 10.910, de 15/7/2004\)](#)

Art. 3º O ingresso nos cargos das Carreiras disciplinadas nesta Lei far-se-á no primeiro padrão da classe inicial da respectiva tabela de vencimentos, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exigindo-se curso superior em nível de graduação concluído ou habilitação legal equivalente. [\("Caput" do artigo com redação dada pela Lei nº 11.457, de 16/3/2007\)](#)

§ 1º O concurso referido no *caput* poderá ser realizado por áreas de especialização.

§ 2º Para investidura no cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho, nas áreas de especialização em segurança e medicina do trabalho, será exigida a comprovação da respectiva capacitação profissional, em nível de pós-graduação, oficialmente reconhecida.

§ 3º Sem prejuízo dos requisitos estabelecidos neste artigo, o ingresso nos cargos de que trata o *caput* deste artigo depende da inexistência de:

I - registro de antecedentes criminais decorrentes de decisão condenatória transitada em julgado de crime cuja descrição envolva a prática de ato de improbidade administrativa ou incompatível com a idoneidade exigida para o exercício do cargo ;

II - punição em processo disciplinar por ato de improbidade administrativa mediante decisão de que não caiba recurso hierárquico. [\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 11.457, de 16/3/2007\)](#)

Art. 4º O desenvolvimento do servidor nas carreiras de que trata esta Lei ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

§ 1º Para os fins desta Lei, progressão funcional é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e promoção, a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro da classe imediatamente superior.

§ 2º A progressão funcional e a promoção observarão requisitos e condições fixados em regulamento.

§ 3º O servidor em estágio probatório será objeto de avaliação específica, sem prejuízo da progressão funcional durante o período, observados o interstício mínimo de 12 (doze) e máximo de 18 (dezoito) meses em cada padrão e o resultado de avaliação de desempenho efetuada para esta finalidade, na forma do regulamento. [\(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 11.457, de 16/3/2007\)](#)

Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil ([Redação dada pela Lei nº 11.457, de 16/3/2007](#))

Art. 5º Fica criada a Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil, composta pelos cargos de nível superior de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil e de Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil. (["Caput" do artigo com redação dada pela Lei nº 11.457, de 16/3/2007](#))

Parágrafo único. ([Revogado pela Lei nº 11.457, de 16/3/2007](#))

Art. 6º São atribuições dos ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil: (["Caput" do artigo com redação dada pela Lei nº 11.457, de 16/3/2007](#))

I - no exercício da competência da Secretaria da Receita Federal do Brasil e em caráter privativo: ([Inciso com redação dada pela Lei nº 11.457, de 16/3/2007](#))

a) constituir, mediante lançamento, o crédito tributário e de contribuições; ([Alínea com redação dada pela Lei nº 11.457, de 16/3/2007](#))

b) elaborar e proferir decisões ou delas participar em processo administrativo-fiscal, bem como em processos de consulta, restituição ou compensação de tributos e contribuições e de reconhecimento de benefícios fiscais; ([Alínea com redação dada pela Lei nº 11.457, de 16/3/2007](#))

c) executar procedimentos de fiscalização, praticando os atos definidos na legislação específica, inclusive os relacionados com o controle aduaneiro, apreensão de mercadorias, livros, documentos, materiais, equipamentos e assemelhados; ([Alínea com redação dada pela Lei nº 11.457, de 16/3/2007](#))

d) examinar a contabilidade de sociedades empresariais, empresários, órgãos, entidades, fundos e demais contribuintes, não se lhes aplicando as restrições previstas nos arts. 1.190 a 1.192 do Código Civil e observado o disposto no art. 1.193 do mesmo diploma legal; ([Alínea com redação dada pela Lei nº 11.457, de 16/3/2007](#))

e) proceder à orientação do sujeito passivo no tocante à interpretação da legislação tributária; ([Alínea com redação dada pela Lei nº 11.457, de 16/3/2007](#))

f) supervisionar as demais atividades de orientação ao contribuinte; ([Alínea acrescida pela Lei nº 11.457, de 16/3/2007](#))

II - em caráter geral, exercer as demais atividades inerentes à competência da Secretaria da Receita Federal do Brasil. ([Inciso com redação dada pela Lei nº 11.457, de 16/3/2007](#))

§ 1º O Poder Executivo poderá cometer o exercício de atividades abrangidas pelo inciso II do *caput* deste artigo em caráter privativo ao Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil. ([Parágrafo com redação dada pela Lei nº 11.457, de 16/3/2007](#))

§ 2º Incumbe ao Analista - Tributário da Receita Federal do Brasil, resguardadas as atribuições privativas referidas no inciso I do *caput* e no § 1º deste artigo: (["Caput" do parágrafo com redação dada pela Lei nº 11.457, de 16/3/2007](#))

I - exercer atividades de natureza técnica, acessórias ou preparatórias ao exercício das atribuições privativas dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil; ([Inciso acrescido pela Lei nº 11.457, de 16/3/2007](#))

II - atuar no exame de matérias e processos administrativos, ressalvado o disposto na alínea *b* do inciso I do *caput* deste artigo; [\(Inciso acrescido pela Lei nº 11.457, de 16/3/2007\)](#)

III - exercer, em caráter geral e concorrente, as demais atividades inerentes às competências da Secretaria da Receita Federal do Brasil. [\(Inciso acrescido pela Lei nº 11.457, de 16/3/2007\)](#)

§ 3º Observado o disposto neste artigo, o Poder Executivo regulamentará as atribuições dos cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil e Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil. [\(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 11.457, de 16/3/2007\)](#)

§ 4º [\(VETADO na Lei nº 11.457, de 16/3/2007\)](#)

Carreira Auditoria - Fiscal da Previdência Social

Art. 7º [\(Revogado pela Medida Provisória nº 440, de 20/8/2008, convertida na Lei nº 11.890, de 24/12/2008\)](#)

Art. 8º [\(Revogado pela Medida Provisória nº 440, de 20/8/2008, convertida na Lei nº 11.890, de 24/12/2008\)](#)

Carreira Auditoria - Fiscal do Trabalho

Art. 9º A Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho será composta de cargos de Auditor-Fiscal do Trabalho.

§ 1º É de 40 (quarenta) horas semanais a jornada de trabalho dos integrantes da Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho, não se lhes aplicando a jornada de trabalho a que se refere o art. 1º, *caput* e § 2º, da Lei nº 9.436, de 5 de fevereiro de 1997, e não mais se admitindo a percepção de 2 (dois) vencimentos básicos.

§ 2º Os atuais ocupantes do cargo de Médico do Trabalho que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irretratável, até 30 de setembro de 1999, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. 10. São transformados em cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho, na Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho, os seguintes cargos efetivos do quadro permanente do Ministério do Trabalho e Emprego:

I - Fiscal do Trabalho;

II - Assistente Social, encarregado da fiscalização do trabalho da mulher e do menor;

III - Engenheiros e Arquitetos, com a especialização prevista na Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985, encarregados da fiscalização da segurança no trabalho;

IV - Médico do Trabalho, encarregado da fiscalização das condições de salubridade do ambiente do trabalho.

Art. 11. Os ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho têm por atribuições assegurar, em todo o território nacional:

I - o cumprimento de disposições legais e regulamentares, inclusive as relacionadas à segurança e à medicina do trabalho, no âmbito das relações de trabalho e de emprego;

II - a verificação dos registros em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, visando a redução dos índices de informalidade;

III - a verificação do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, objetivando maximizar os índices de arrecadação;

IV - o cumprimento de acordos, convenções e contratos coletivos de trabalho celebrados entre empregados e empregadores;

V - o respeito aos acordos, tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil seja signatário;

VI - a lavratura de auto de apreensão e guarda de documentos, materiais, livros e assemelhados, para verificação da existência de fraude e irregularidades, bem como o exame da contabilidade das empresas, não se lhes aplicando o disposto nos arts. 17 e 18 do Código Comercial.

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará as atribuições privativas previstas neste artigo, podendo cometer aos ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho outras atribuições, desde que compatíveis com atividades de auditoria e fiscalização.

Remuneração das Carreiras Vigente a Partir de 30 de junho de 1999

Art. 12. Fica extinta a Retribuição Adicional Variável de que trata o art. 5º da Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988, devida aos ocupantes dos cargos da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional.

LEI Nº 556, DE 25 DE JUNHO DE 1850

Código Comercial do Império do Brasil

Dom Pedro Segundo, por graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e defensor perpétuo do Brasil:

Fazemos saber a todos os nossos súditos, que a Assembléia Geral decretou, e nós queremos, a Lei seguinte:

PARTE I DO COMÉRCIO EM GERAL

TÍTULO I DOS COMERCIANTES

CAPÍTULO II DAS OBRIGAÇÕES COMUNS A TODOS OS COMERCIANTES

Art. 17.(Revogado pela Lei nº 10.406, de 10/01/2002).

Art. 18. (Revogado pela Lei nº 10.406, de 10/01/2002).

Art. 19. (Revogado pela Lei nº 10.406, de 10/01/2002).

.....
.....

FIM DO DOCUMENTO
